

**REFLEXÕES PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO ASSENTAMENTO
OLGA BENÁRIO EM IPAMERI (GO): uma ênfase nas dificuldades políticas e econômicas***

**REFLEXIONES PARA EL DESARROLLO TERRITORIAL DEL ASENTAMIENTO
OLGA BENÁRIO EM IPAMERI (GO): énfasis en las dificultades políticas y económicas**

**REFLECTIONS FOR TERRITORIAL DEVELOPMENT OF SETTLEMENT OLGA
BENÁRIO IN IPAMERI (GO): an emphasis on the political and economic difficulties**

Rafael de Melo MONTEIRO

Doutorando em Geografia pela UNESP/ *Campus* de Presidente Prudente. Membro do Grupo de Estudos Territoriais (GETERR/UNIOESTE/*Campus* de Francisco Beltrão).

rafaeldmlmnr@gmail.com

Vera Lúcia Salazar PESSÔA

Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFG/*Campus* Catalão. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NEPSA/UFG).

verinha.salazar@hotmail.com

RESUMO: Esse texto tem como objetivo discutir as dificuldades políticas e econômicas enfrentadas pelas famílias que vivem no Assentamento Olga Benário no município de Ipameri (GO) e os efeitos dessas dificuldades para o desenvolvimento territorial do assentamento. Desde que foi criado no ano de 2005, o Assentamento Olga Benário passou por uma série de transformações internas, com a formação de grupos como o Coletivo Margarida Alves, a Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Olga Benário (ASPRAOB), sem contar as famílias que permaneceram no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), as famílias que não permaneceram vinculadas a nenhum grupo e as famílias que iniciaram participação em outras associações, sob coordenação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Igreja Católica de Ipameri (GO). Em síntese, aconteceram transformações territoriais no assentamento e foram produzidas dimensões políticas e econômicas que, de certo modo, representam dificuldades para as famílias alcançarem o desenvolvimento territorial. Nesse texto, defende-se a ideia de que a organização e a participação política das famílias assentadas são elementos essenciais para o desenvolvimento territorial do assentamento e o momento atual (a partir do ano de 2013) revela-se oportuno para isso, uma vez que o Poder Público Municipal têm aumentado seu diálogo com o assentamento, principalmente por meio da oferta de cursos de formação aos assentados, o que pode sinalizar uma possibilidade para a luta pelo desenvolvimento territorial.

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial. Dificuldades políticas. Dificuldades econômicas. Assentamento Olga Benário. Ipameri (GO).

* Esse texto originou-se dos resultados da pesquisa de mestrado, cuja dissertação intitula-se “RELAÇÕES DE PODER, TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES: as *travessias da vida* no Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO)”, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás/*Campus* Catalão, contando com bolsa de pesquisa da CAPES/REUNI.

RESUMEN: Este trabajo tiene como objetivo discutir las dificultades políticas y económicas que enfrentan las familias que viven en el Asentamiento Olga Benário en el municipio de Ipameri (GO) y los efectos de estas dificultades para el desarrollo territorial de asentamiento. Desde su creación en 2005, el Asentamiento Olga Benário sufrió una serie de cambios internos, con la formación de grupos como el Colectivo Margarida Alves, la Asociación de Pequeños Productores de Asentamiento Olga Benário (ASPRAOB), sin contar las familias que permaneció en el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), las familias que no permanecen unidas a cualquier grupo y las familias que se inició la participación en otras asociaciones, coordinadas por la Comisión Pastoral de la Tierra (CPT) y la Iglesia Católica de Ipameri (GO). En resumen, ha sucedido cambios en el desarrollo territorial y se produjeron las dimensiones políticas y económicas que, en cierto modo, representan dificultades para las familias lograr un desarrollo territorial. En este texto, se defiende la idea de que la organización y la participación política de las familias son esenciales para el desarrollo territorial de lo asentamiento y el momento actual (desde el año 2013) es oportuno para hacerlo, ya que el gobierno municipal se ha incrementado el diálogo con el asentamiento, principalmente a través de la oferta de cursos de formación a los colonos, lo que podría indicar la oportunidad de luchar por el desarrollo territorial.

Palabras-clave: Desarrollo territorial. Dificultades políticas. Dificultades económicas. Asentamiento Olga Benário. Ipameri (GO).

ABSTRACT: This text has the objective discuss the political and economic difficulties faced by families living in the Settlement Olga Benário in the municipality of Ipameri (GO) and the effects of these difficulties for the territorial development of the settlement. Since it was created in 2005, the Settlement Olga Benário passed a series of internal transformations, with the formation of groups as Collective Margarida Alves, the Association of Small Producers Settlement Olga Benário (ASPRAOB), not counting families remained in the Movement of Landless Rural Workers (MST), the families did not remain bound to any group and families who began participation in other associations, coordinated by the Pastoral Land Commission (CPT) and the Catholic Church Ipameri (GO). In summary, transformations occurred in the territorial settlement and were produced political and economic dimensions, in a way, represent difficulties for families achieve territorial development. In this text, defends the idea that the organization and political participation of settlers are essential for territorial development of the Settlement and the present time it is appropriate to do so (from the year 2013), since the municipal government has increased its dialogue with the settlement, mainly through the provision of training courses to settlers, which could signal a chance to fight for territorial development.

Key-words: Territorial development. Political difficulties. Economic difficulties. Settlement Olga Benário. Ipameri (GO).

1 Introdução

O Assentamento Olga Benário (Ipameri/GO) foi criado no ano de 2005 e 84 famílias foram assentadas. Nessa ocasião, a luta pela terra transfigurava-se na conquista de um “pedaço de chão”. Aparentemente, os percalços existenciais estavam resolvidos e, enfim, essas famílias poderiam recomeçar suas histórias de vida. Entretanto, depararam-se com outro cenário: a *luta na terra*, no sentido de enfrentarem problemas de ordem econômica e política para reproduzirem-se socioterritorialmente.

Dessa forma, esse texto tem como objetivo discutir as dificuldades políticas e econômicas enfrentadas pelas famílias que vivem no Assentamento Olga Benário no município de Ipameri (GO) e os efeitos dessas dificuldades para o desenvolvimento territorial do assentamento. Por esse meio, torna-se um (potencial) instrumento para utilização por parte do poder público municipal para a orientação de suas ações junto ao assentamento. Isso porque, a partir do ano de 2013, a prefeitura de Ipameri (juntamente com sua equipe técnica) iniciou a oferta de uma série de cursos de formação para as famílias assentadas, o que, talvez,

signalize maior abertura da administração municipal para atender as demandas socioeconômicas dessas pessoas.

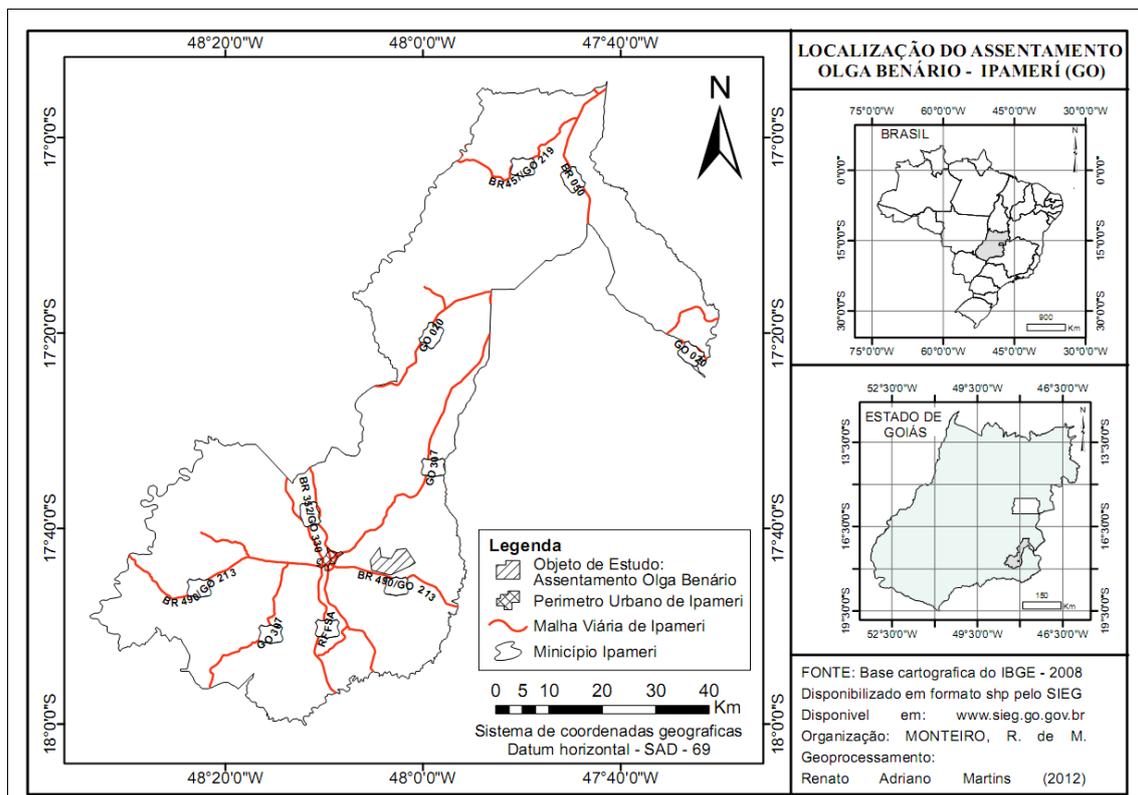
Do ponto de vista metodológico, utilizou-se trechos de algumas entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo no Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO) no ano de 2012 (ao todo, foram entrevistados 27 agricultores/as assentados/as, incluindo as lideranças do MST e da ASPRAOB) e também registros fotográficos do assentamento entre os anos de 2009/2012 (extraídos das pesquisas de Monteiro em 2009, 2010 e 2013). Além disso, contou-se com a análise de informações sobre o Assentamento Olga Benário publicadas no *site* da prefeitura municipal de Ipameri (GO), até o mês de junho de 2013, em relação às ações e projetos desenvolvidos pelo poder público municipal junto às famílias assentadas.

O texto estrutura-se em sete seções, incluindo esta Introdução e as Considerações Finais. Na segunda seção, tem-se a caracterização da área de estudo. Na terceira seção, aponta-se os pressupostos teórico-ideológicos da pesquisa. Na quarta, apresentam-se as transformações territoriais pelas quais passou o Assentamento Olga Benário após sua criação, no ano de 2005. A quinta seção discute as dificuldades políticas enfrentadas pelas famílias assentadas. A sexta, explicita as dificuldades econômicas enfrentadas pelas famílias do Assentamento Olga Benário.

2 Apresentação da área de estudo

O Assentamento Olga Benário localiza-se a nordeste do município de Ipameri (GO), na rodovia GO-213, km 11, saída para Campo Alegre de Goiás, distante cerca de 15 km da sede da cidade (Mapa 1).

Mapa 1 – Localização do Assentamento Olga Benário/Ipameri (GO)



Elaborado por: MARTINS, R. A. (2012)

Organizado por: MONTEIRO, R. de M. (2012)

A título de contextualização, é importante reforçar que o Assentamento Olga Benário foi criado no ano de 2005. Na época, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) adquiriu o imóvel rural Fazenda Ouro Verde (4.322 hectares), pois era do interesse do proprietário da fazenda a sua comercialização. Isso significa que a política de arrecadação foi a da compra e venda da propriedade rural. Paralelamente a isso, foram selecionadas 84 famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para serem assentadas.

Dessa maneira, do ano de 2005 ao ano de 2008, todas essas famílias compuseram o MST, que, no entanto, também possuía uma subdivisão: o Coletivo Margarida Alves, composto por seis famílias que optaram por formar um grupo semicoletivo (139 hectares para produção coletiva e dois hectares no lote de terra para produção de autoconsumo). Em 2008, por divergências político-ideológicas, formou-se a Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Olga Benário (ASPRAOB), que passou a ser constituída por 50 famílias. Nos anos posteriores ao de 2008, algumas famílias deixaram o assentamento, outras passaram a atuar de forma isolada, sem pertencer a nenhum dos grupos e outras associações surgiram, como a que é conduzida pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), na figura de uma representante da Igreja Católica de Ipameri. Enfim, esse foi o processo construído após o ano de 2005 e que será analisado para a reflexão acerca do desenvolvimento territorial do Assentamento Olga Benário.

3 Pressupostos teórico-ideológicos: o estilo de pensamento da pesquisa

Partindo-se do pressuposto de que uma pesquisa científica não é neutra e nem alcança a objetividade (senão a objetivação, o que é diferente de objetividade, pois trata-se de uma elaboração intelectual do pesquisador a partir de sua aproximação com a realidade estudada e seus referenciais teóricos, experiência de vida e visão de mundo), defende-se, nesse texto, a ideia de que a organização e a participação política das famílias assentadas são elementos essenciais para o desenvolvimento territorial do assentamento. Torna-se evidente que, por meio dessa compreensão, a divisão em grupos é considerada negativa para o desenvolvimento dos seus sujeitos sociais que produzem esse território.

Por outro lado, não se trata de uma defesa do retorno ao movimento social (no caso, o MST). Essa alternativa poderia ser a *ideal*. Porém, parece não corresponder à *realidade* do assentamento e a vontade das famílias desvinculadas do Movimento. Acredita-se ser possível a luta política *por fora* do MST, desde que haja uma consciência política coletiva própria de cada grupo. Contudo, algumas questões podem ser problematizadas: Como as famílias iriam adquirir essa consciência política? Por meio de quais ferramentas? Por meio de quais instituições sociais? Será que os cursos de formação oferecidos pela prefeitura municipal de Ipameri contemplariam essa politização das famílias?

De todo modo, no âmbito do município parece *estar em curso* uma abertura do poder público municipal para o diálogo com o assentamento (entenda-se: com parte das famílias assentadas). Assim, a

organização e a participação política tornam-se imprescindíveis para a conquista de melhorias das condições de vida. Mas, é claro que os problemas não se *resumem* nem se *resolvem* na escala local. Não se trata de uma *apologia localista*, mas da confiança de que a partir do local se possa construir as bases para a luta em outras escalas. A explicitação desses argumentos parte das inquietações do pesquisador em relação à desmobilização das famílias assentadas após a conquista da terra (não há pretensão de responder essas questões no decorrer do texto, pois o objetivo proposto é mais restrito. Porém, considera-se importante compartilhar essas inquietações com o leitor). O fim ou enfraquecimento da participação no movimento social (MST) pode ser citado como um exemplo disso. Pode-se enquadrar esse processo em uma tendência individualista da sociedade moderna? Por que a dificuldade em perpetuar a participação política? Por que a dificuldade com a realização do trabalho coletivo? E quais as implicações desses processos?

Dessa forma, entende-se que esses problemas relacionam-se claramente com o desenvolvimento territorial. O território, portanto, não é apenas um receptáculo/palco das ações de grupos sociais. Não é simplesmente reflexo da sociedade ou exterior a ela. É seu continente e conteúdo, condição/meio e resultado das ações sociais. É parte do processo, sua causa e não somente consequência. O território é compreendido como a apropriação e/ou dominação de uma porção do espaço geográfico por grupos (ou classes) sociais territorializados. Essa territorialização produz as territorialidades, que são as relações sociais desenvolvidas por esses grupos na família, no bairro, no assentamento, na igreja, no trabalho. O território é também multiescalar e multidimensional, englobando as dimensões sociais da economia, política, cultura e natureza. Em síntese, o território é uma produção social (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2006a, 2006b; SAQUET, 2010).

Por conta disso, considera-se pertinente apontar a ideia transversal que perpassa a construção desse texto: um assentamento rural (pelo menos o Assentamento Olga Benário) é heterogêneo. Do ponto de vista da homogeneidade, pode ser tomado como uma abstração. Evidentemente, um assentamento rural não é apenas uma abstração porque tem existência no plano do real, possui concretude. Mas, torna-se uma abstração do ponto de vista da homogeneidade, que não existe enquanto uma pureza, um tipo ideal, somente como par dialético da heterogeneidade. Por isso, acredita-se ser adequado o prisma analítico do território. Por trás disso, está a ideia de que a luta social não deve cessar com a conquista da terra, mas deve perpetuar-se e adquirir novos contornos pela organização e participação política das famílias assentadas, cujo horizonte é o desenvolvimento territorial.

4 As transformações territoriais do Assentamento Olga Benário após o ano de 2005

O Assentamento Olga Benário, desde que foi criado no ano de 2005, passou por uma série de transformações internas, com a formação de grupos como o Coletivo Margarida Alves, a Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Olga Benário (ASPRAOB), sem contar as famílias que permaneceram no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), as famílias que não permaneceram vinculadas a nenhum grupo e as famílias que iniciaram participação em outras associações, sob coordenação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Igreja Católica de Ipameri.

Após a conclusão das negociações da Fazenda Ouro Verde, as famílias tornaram-se pré-assentadas, ou seja, estavam morando dentro da fazenda, porém, sem ter o parcelamento das terras. Agrupadas em barracas de lona, desenvolveram a produção coletiva de abóboras e de arroz, mas as experiências não obtiveram êxito (ou, pelo menos, o êxito almejado). Cerca de dois anos após o pré-assentamento, iniciou-se o processo de parcelamento dos lotes. Surgiram propostas de organização coletiva do assentamento, mas a maioria das famílias não concordou. Apenas um grupo de seis famílias optou por formar o Coletivo Margarida Alves enquanto as demais optaram pelo modelo de produção individual. A fotografia 1 ilustra a existência desse grupo coletivo (na verdade, semicoletivo como apontado na Introdução), que, no entanto, está em processo de separação. A placa não se encontra mais no assentamento.

Fotografia 1 – Assentamento Olga Benário/Ipameri (GO): placa indicativa da formação do Coletivo Margarida Alves



Autor: MONTEIRO, R. de M. (2009)

Depois da sua criação, o Coletivo Margarida Alves arrendou parte de suas terras para produção de soja como uma estratégia de obtenção de renda para futuros investimentos produtivos do grupo. Esse fato tornou-se um *ponto nevrálgico* para que as demais famílias que, apesar de não participarem do grupo semicoletivo, permaneciam no MST, rompessem com o Movimento e fundassem a Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Olga Benário (ASPRAOB) (Fotografia 2). Na época, uma das materializações do descontentamento das famílias com as ações do Coletivo Margarida Alves revelou-se com a pichação da placa indicativa da localização do assentamento com a seguinte frase: “Aqui produz soja transgênica” (Fotografia 3).

Fotografia 2 – Assentamento Olga Benário/Ipameri (GO): placa indicativa da formação da ASPRAOB



Autor: MONTEIRO, R. de M. (2009)

Fotografia 3 – Assentamento Olga Benário/Ipameri (GO): placa do assentamento pichada devido plantio de soja transgênica



Autor: MONTEIRO, R. de M. (2012)

Dessa maneira, a fotografia aparece como um instrumento metodológico importante, pois, conforme argumenta Martins (2009), é uma imagem que narra uma história. Em suma, até o ano de 2008, as 84 famílias pertenciam ao MST. Após essa data, cerca de 50 famílias passaram a compor a ASPRAOB, restando 34 famílias no Movimento (contando com as seis famílias do Coletivo Margarida Alves). Em síntese, aconteceram transformações territoriais no assentamento e foram produzidas dimensões políticas e

econômicas que, de certo modo, representam dificuldades para as famílias assentadas alcançarem o desenvolvimento territorial.

5 As dificuldades políticas enfrentadas pelas famílias do Assentamento Olga Benário

As divisões em grupos no Assentamento Olga Benário significaram/am dificuldades do ponto de vista político, pois representaram/am uma descontinuidade em termos de organização política, provocando efeitos diretos no seu desenvolvimento territorial. De um lado, o representante do MST justifica que a proposta de organização coletiva tinha como pano de fundo a compreensão, por parte do Movimento, de que é difícil para as famílias (atuando sozinhas) conseguirem benefícios socioeconômicos. A ideia era desenvolver a cooperação agrícola, pois, *“o MST tem uma convicção [...] que ninguém consegue nada sozinho [...] o pequeno agricultor, isolado, com a sua unidade produtiva, dificilmente vai ter êxito levando em consideração questão econômica, questão política, questão social [...] Prá quebrar esse paradigma, então o MST defende que as pessoas devem criar um processo de cooperação entre elas”* (Representante do MST, 06 de outubro de 2012). Por outro lado, os agricultores assentados atribuíram importância à sua autonomia relativa e não concordaram com a proposta de organização (semi) coletiva do assentamento, uma vez que *“o individual cê trabalha mais à vontade né. Cê entra no seu serviço a hora que ocê qué, sai na hora que ocê qué, você trabalha no que você qué né, então é mais tranquilo”* (Entrevistada 1, Membro da ASPRAOB, 10 de novembro de 2012).

A respeito da formação do Coletivo Margarida Alves, uma agricultora entrevistada argumentou que: *“o MST tinha um sonho em criar agrovila, trabaiá coletivo, todo mundo junto [...] só que ninguém quis porque coletivo é difícil dá certo porque individual é melhor porque cada um trabalha o dia e a hora que pode e do jeito que gosta e quando é coletivo não, a maioria vence e aí seis família ficou coletivo, quis coletivo”* (Entrevistada 2, Membro da ASPRAOB, 17 de maio de 2012). Outro entrevistado, ex-membro do Coletivo Margarida Alves destacou que: *“Era um Coletivo e esse Coletivo era muito cativo [...] A gente queria comprá as coisa pra gente tê aqui e num podia, só podia se fosse coletivamente [...] E nós fomo discutino, fizemos alguns projetos aí que também no final furou tudo [...] Acabou fazendo o quê? Pegamo a terra e arrendamo [...] E aí nós chegamo num ponto de conflito que entendemos: ‘Ó, tem que dividi’ [...] E isso aconteceu agora então no dia 29 de dezembro de 2011”* (Entrevistado 3, Ex-membro do Coletivo Margarida Alves, 05 de novembro de 2012).

Nesse sentido, torna-se evidente que o trabalho coletivo, nos moldes propostos pelo MST, com a socialização dos meios de produção e dos resultados do trabalho, não compõe o *ideal de vida* das famílias assentadas, que objetivam a terra para o trabalho da família. Contudo, outras práticas associativas são concebidas pelos agricultores/as de modo positivo, já que *“o assentamento pensa mais assim: buscá e vendê coletivo e produção individual [...] O que a gente tem que sentá e organizá: vamos produzí o quê? O que for melhor e todo mundo produzí individual e vendê coletivo [...] aí funciona”* (Entrevistada 2, Membro da ASPRAOB, 17 de maio de 2012). Ou, na ótica de outro entrevistado: *“Eu defendia muito que fosse o*

semicoletivo porque a gente teria uma parte que você poderia tocá individualmente e outra parte que seria coletivamente. Porque essa fazenda ela tem muito potencial prá você trabalhar coletivamente, por exemplo, nós poderíamos tá aqui explorando apicultura, que nós temos muita área de reserva, poderia tá trabalhando aí com baru, que tem bastante também [...] A gente poderia tá trabalhando isso coletivamente, mas num vingou a ideia” (Entrevistado 4, Membro do MST, 02 de junho de 2012).

Assim, configurou-se (e configura-se) no Assentamento Olga Benário um processo de fragmentação territorial que prejudicou (a) a organização política das famílias assentadas, pois *“uma coisa era quando a gente tinha a força que a gente tinha quando tava aglutinado todas as famílias [...] Hoje nós temos um grupinho que vai, do MST, prá reivindicá as coisa da prefeitura, vai depois um outro grupinho que é da associação, vai alguns individualmente e recebe a mesma coisa, a mesma resposta: não!”* (Entrevistado 4, Membro do MST, 02 de junho de 2012).

A formação da ASPRAOB foi um resultado desse processo, no qual famílias assentadas desvincularam-se do MST. Ou seja, a raiz de sua formação centrou-se no desencaixe entre as propostas organizativas do Movimento e os projetos de vida das famílias. Porém, a Associação enfrenta problemas, pois *“se pensava que era algo como o Movimento [que] tem praticamente as porta aberta no INCRA [...] e tem força política. Quando viu que [...] eles tentava mas as porta tava fechada, aí o pessoal foi desmotivando, tanto é que hoje [...] a força política [...] é muito inferior ao Movimento que tem o número de famílias menor”* (Entrevistado 4, Membro do MST, 02 de junho de 2012).

Em síntese, a divisão em grupos no assentamento foi (e continua sendo) um *entrave* para o desenvolvimento territorial, visto que afeta a organização política das famílias, elemento essencial para que se tenha o desenvolvimento socioeconômico de um território. Entretanto, além das dificuldades políticas, existem também dificuldades econômicas, como será discutido no item 6.

6 As dificuldades econômicas enfrentadas pelas famílias do Assentamento Olga Benário

As dificuldades econômicas no Assentamento Olga Benário estão atreladas à carência/insuficiência de recursos financeiros governamentais para custeio e investimento na produção agropecuária, além de carências sociais (educação, saúde, lazer, saneamento básico). Os auxílios governamentais acessados pelas famílias assentadas, no decorrer dos sete anos do assentamento, foram o crédito inicial de apoio aos assentados para compra de gado e de ferramentas, o crédito moradia, o crédito para fomento da produção agropecuária e o crédito para reforma e ampliação das habitações (esse último recurso não foi acessado por todas as 84 famílias). No entanto, não foram suficientes para impulsionar a produção agropecuária das famílias.

Dessa forma, houve relatos de que *“basicamente o que veio foi crédito moradia, energia e ajuda inicial [...] O assentado, em dez anos, já tem que tê pego todos os créditos, aqui já tamo com [...] sete anos e ainda tamo no terceiro crédito [...] vamo demorar mais de quinze anos pra encaixá nesse calendário que é de dez”* (Entrevistado 4, Membro do MST, 02 de junho de 2012). Outro entrevistado ressaltou: *“O INCRA coloca o povo na terra [...] e num dá recurso [...] Eles num manda dinheiro [...] quê que a pessoa*

vai fazê numa terra sem recurso?” (Entrevistado 5, Membro da ASPRAOB, 05 de novembro de 2012). Também: *“As famílias ainda produz basicamente pro autosustento e ainda com muita dificuldade [...] não tão conseguindo ainda produzir pra atingir o mercado. Muitas famílias ainda sobrevive da venda da força de trabalho pros fazendeiros vizinhos”* (Representante do MST, 06 de outubro de 2012).

Nesse sentido, é importante pontuar algumas das dificuldades enfrentadas pelas famílias do Assentamento Olga Benário: a) necessidade de assalariamento na cidade de Ipameri ou nas propriedades rurais vizinhas ao assentamento, tempo que poderiam se dedicar ao trabalho no lote familiar; b) as famílias não possuem a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP); c) as famílias não acessaram o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); d) o assentamento possui as instalações físicas de uma escola, porém, ela não funciona; e) ausência de postos de saúde; f) carência de assistência técnica; g) necessitam de estradas em melhores condições; h) ausência de projetos de lazer para as famílias assentadas, especialmente os jovens. Diante disso, em algumas ocasiões, as famílias (ou parte delas) organizaram-se para desempenhar alguns serviços no assentamento. Por exemplo, no ano de 2011, realizaram a construção de uma ponte, por meio de mutirão (trabalho conjunto) (Fotografia 4).

Fotografia 4 – Assentamento Olga Benário/Ipameri (GO): mutirão para construção de uma ponte: a) e b): Início dos trabalhos; c) Erguimento das hastes da ponte; d) Conclusão do levantamento das hastes da ponte



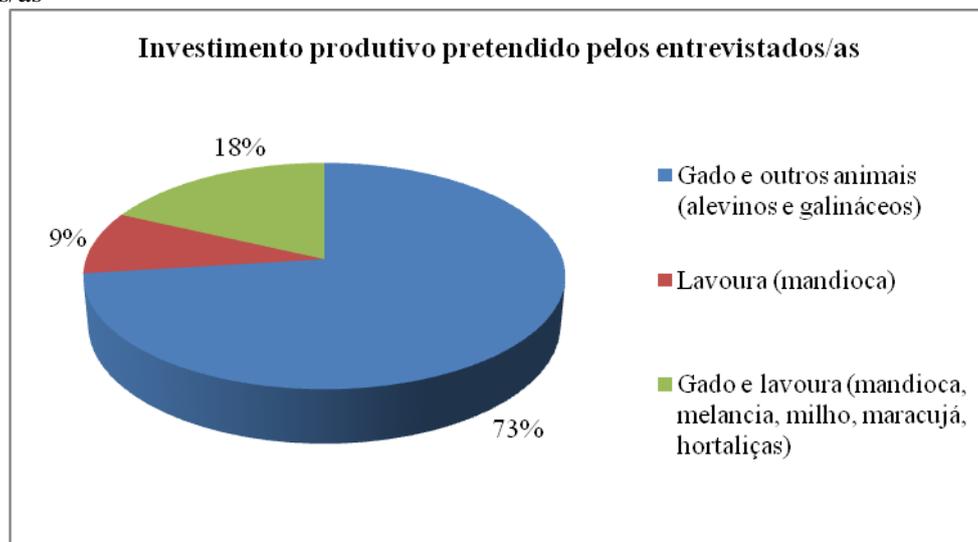
Autor: FIRMINO, W. G. (2012)

Entretanto, desde o início do ano de 2013, a Prefeitura Municipal de Ipameri/Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária têm promovido a oferta de cursos de formação no assentamento, juntamente com outras instituições sociais como o sindicato rural de Ipameri, a Federação da Agricultura do Estado de Goiás (FAEG) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). São eles: 1) Curso de Olericultura Básica; 2) Curso de Alimentação Bovina de Leite; 3) Curso de Agricultura Básica; 4) Curso de Manejo Racional de Bovinos de Leite; 5) Curso de Bovinocultura de Leite; 6) Curso de Bovinocultura e Qualidade do Leite; 7) Curso de Manejo de Pastagens; 8) Curso de Operação de Ordenha Mecânica; 9)

Curso de Piscicultura. Assim, a ênfase desses cursos assenta-se na produção leiteira e, em menor escala, na produção agrícola de hortaliças (PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI, 2013).

De fato, as entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo no Assentamento Olga Benário apontaram a criação de gado para a produção leiteira como um dos principais investimentos produtivos pretendidos pelas famílias assentadas, como apresenta o gráfico 1:

Gráfico 1 – Assentamento Olga Benário/Ipameri (GO): investimento produtivo pretendido pelos entrevistados/as



Fonte: Pesquisa de Campo, 2012

Organizado por: MONTEIRO, R. de M. (2012)

* Dos 25 agricultores/as entrevistados/as (excetuando-se as lideranças do Assentamento), 22 responderam essa questão. Portanto, o gráfico refere-se à porcentagem de 22 entrevistados/as

Além desses cursos, há também a proposição de programas, como o Programa Balde Cheio, o Treinamento do Programa de Gestão da Pecuária Leiteira, o Projeto de Desenvolvimento e Implantação de Piscicultura e Aquicultura Familiar e palestras de Sensibilização Negócio Certo Rural (NCR) e sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE, do governo federal), que não são voltados exclusivamente para as famílias do assentamento, mas alguns são para toda a população rural do município. Os objetivos desses programas serão detalhados na sequência, com base nas informações coletadas no *site* da Prefeitura Municipal de Ipameri (2013):

- Programa Balde Cheio: objetiva a **transferência de tecnologia** para contribuir com o desenvolvimento da pecuária leiteira em propriedades familiares. Propõe capacitar profissionais de extensão rural e produtores rurais, promover a troca de informações sobre as tecnologias aplicadas regionalmente e monitorar os impactos ambientais, econômicos e sociais nos sistemas de produção que adotam as tecnologias propostas. A assistência deve ser feita mensalmente a todos os produtores rurais participantes para realizar o acompanhamento zootécnico do rebanho bovino.
- Treinamento do Programa de Gestão da Pecuária Leiteira: objetiva capacitar os produtores de leite e prepará-los para o mercado do leite e para a gestão da pecuária leiteira visando aumentar a

qualidade/quantidade do leite do município, complementando a renda e qualidade de vida dos produtores de leite do município.

- Projeto de Desenvolvimento e Implantação de Piscicultura e Aquicultura Familiar: objetiva atender 70 famílias de baixa renda em pequenas propriedades rurais na área de piscicultura e aquicultura, por meio da construção de tanques escavados e assistência técnica. A duração deve ser de 17 meses com a exploração de cinco mil metros de lâmina d'água em todo o município.
- Palestra de Sensibilização Negócio Certo Rural (NCR): objetiva sensibilizar os pequenos produtores do assentamento para a formação de grupos que tenham interesse em receber treinamentos na área de Gestão NCR (Negócio Certo Rural) da propriedade (PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI, 2013).

Evidentemente, não se pode ainda fazer uma análise profunda sobre essas ações e seus resultados no Assentamento Olga Benário, pois estão em fase inicial. Todavia, algumas problematizações podem ser feitas a partir da leitura dessas propostas. Em primeiro lugar, percebe-se que as ações pretendidas possuem um caráter setorial, com proposições voltadas para a produção agropecuária. Poderia-se pensar em programas e projetos que abranjam outras dimensões do rural, além da agropecuária. Por exemplo, o artesanato, o turismo rural, o turismo ecológico, a produção de doces, bolos, salgados para serem comercializados na cidade. Também, é preciso resolver problemas sociais como educação (no/do campo), saúde, lazer para as famílias assentadas, água encanada e saneamento básico, transportes. Outra preocupação deve ser com a comercialização dos produtos do assentamento. Esse seria, portanto, um desafio para o poder público municipal: elaborar políticas públicas com enfoque territorial que reconheçam as relações campo e cidade e que possam combater a pobreza rural.

Além disso, considera-se importante a oferta de cursos de formação política para as famílias assentadas que contribuam com sua organização e participação política. Acima de tudo, que os grupos familiares do assentamento possam ser propositores de demandas e projetos para a administração municipal e não apenas receptores de ações que venham “*de cima para baixo*”; e que a atuação do poder público municipal junto ao assentamento não seja temporalmente limitada.

7 Considerações Finais

O desenvolvimento territorial do Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO) será possível a partir do momento em que suas dificuldades políticas e econômicas forem amenizadas, contornadas e/ou solucionadas. A divisão em grupos é uma *realidade* no assentamento e, talvez, não se dissolva, uma vez que as famílias que se desvincularam do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) não demonstram interesse em retomar sua participação no movimento social. Da mesma maneira, as famílias que se desligaram do Movimento e da Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Olga Benário (ASPRAOB) podem ter convicção de que a atuação isolada seja o melhor caminho. Em relação ao último caso, considera-se uma postura equivocada, porque se defende que a organização e a participação política

são *pontos nevrálgicos* para o desenvolvimento territorial do assentamento. No primeiro caso, admite-se que, mesmo com a divisão em grupos, havendo em cada grupo uma consciência política própria, é possível a construção de um caminho que propicie às famílias melhores condições de vida.

Nessa perspectiva, é importante que as famílias assentadas tornem-se (ou fortaleçam-se) enquanto sujeitos politizados e conscientes de que devem lutar por seus interesses econômicos e sociais. De fato, a produção do território pressupõe a atuação organizada dos assentados. E o diálogo com o poder público municipal é relevante para o êxito de suas ações. Se há uma abertura política em âmbito municipal, esta deve ser aproveitada para a proposição de demandas socioeconômicas por parte das famílias, para que as transformações territoriais no assentamento sejam resultado das proposições políticas das famílias, ou seja, é necessário que as políticas públicas implementadas sejam construídas de “*baixo para cima*”. E, mais uma vez, isso pressupõe a organização e a participação política dos sujeitos sociais. Portanto, é positiva a aproximação entre poder público municipal e assentamento. Todavia, essa aproximação deve permitir a construção de relações horizontais e que não estejam limitadas ao tempo de uma administração, pois, o desenvolvimento territorial do Assentamento Olga Benário é capaz de beneficiar não apenas as famílias assentadas, mas toda a sociedade ipamerina.

8 Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR – 14724**: 2011: informação e documentação: trabalhos acadêmicos. Rio de Janeiro, 2011.

_____. **NBR – 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR – 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro: 2002.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a.

_____. **Territórios alternativos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006b.

MARTINS, José de S. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2009.

MDA/INCRA. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Olga Benário**. 2006.

MONTEIRO, Rafael de M. **Assentamentos rurais e meio ambiente**: percepção ambiental de agricultores do Assentamento de Reforma Agrária Olga Benário no município de Ipameri (GO). 72f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnologia em Gestão Ambiental) – Instituto Federal Goiano, Urutaí, 2009.

_____. **Território em conflito**: tramas e tessitura do poder no Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO). 110 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual de Goiás, Pires do Rio, 2010.

_____. **Relações de poder, territórios e territorialidades: as *travessias da vida* no Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO)**. 150 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI, 2013. Disponível em: http://www.ipameri.go.gov.br/. Acesso em 07 jun. 2013.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepções de território**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.